



Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

TÉCNICO DA DEFENSORIA PÚBLICA - ESPECIALIDADE - MOTORISTA

Tipo 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



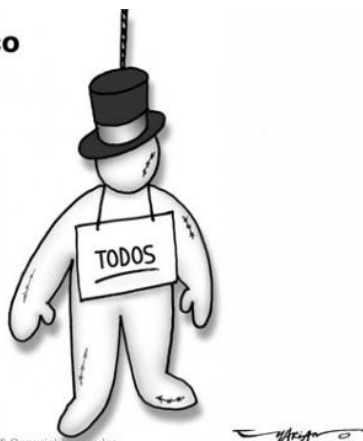
INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

Observe a charge abaixo, alusiva ao Sábado de Aleluia, dia da malhação do Judas:

GENÉRICO



CHARGEONLINE.com.br - © Copyright autor

1

A leitura inadequada a respeito dos elementos presentes nesta charge é:

- (A) o termo “genérico” é uma transferência da designação de remédios;
- (B) a posição do boneco representando Judas alude ao seu suicídio por enforcamento;
- (C) o vocábulo “todos” no cartaz se refere a todo o povo brasileiro, que sofre com a corrupção reinante;
- (D) a charge é uma condenação global a todos os que cometem crimes de corrupção;
- (E) a cartola sobre a cabeça do boneco destaca a crítica à parte da classe dominante.

TEXTO 1 - História Dos Medicamentos Genéricos No Brasil

O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787, se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes, em 1996. Após apenas 4 anos da criação dessa lei, os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações, abrangendo as principais classes terapêuticas, atendendo a mais de 60% das necessidades de prescrições médicas.

Atualmente temos mais de 21 mil apresentações, sendo possível tratar, com medicamentos genéricos, a maioria das doenças conhecidas.

Absolutamente seguros e eficazes, além de mais baratos que os chamados medicamentos inovadores, os genéricos, ao longo destes anos, trouxeram uma nova realidade para os consumidores do país, principalmente no que diz respeito à qualidade. (Associação Brasileira de Genéricos)

2

“O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787...”; “Atualmente temos mais de 21 mil apresentações, sendo possível tratar, com medicamentos genéricos, a maioria das doenças...”.

A frase abaixo em que a preposição COM tem o mesmo valor semântico que apresenta nas frases acima (texto 1) é:

- (A) Anda com o violão debaixo do braço.
- (B) Ele está em desacordo com a família.
- (C) Os pais são dóceis com os filhos.
- (D) O jarro com vinho está sobre a mesa.
- (E) Mexeu no braseiro com um garfo.

3

“Após apenas 4 anos da criação dessa lei, os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações, abrangendo as principais classes terapêuticas, atendendo a mais de 60% das necessidades de prescrições médicas.”

O comentário INADEQUADO sobre um componente desse segmento do texto 1 é:

- (A) “após” é uma preposição com valor de “tempo”;
- (B) “apenas” é um modalizador que indica serem 4 anos pouco tempo, na consideração do enunciador;
- (C) “já” é um modalizador que mostra ter a disponibilidade de 4 mil apresentações ocorrido muito rapidamente;
- (D) “mais de” é uma locução com valor de “intensidade”;
- (E) as formas de gerúndio “atendendo” e “abrangendo” têm valor equivalente a “que atendem” e “que abrangem”.

4

“O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787, se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes, em 1996”.

Segundo o que se pode inferir desse segmento do texto 1, o programa de medicamentos genéricos:

- (A) deixou de ocorrer antes porque o Brasil não respeitava o direito de patentes;
- (B) ocorreu em 1999 porque só poderia ter sido criado após três anos do reconhecimento de patentes;
- (C) podia ter sido criado antes porque o Brasil não reconhecia o direito de patentes;
- (D) ocorreu em 1999 porque o país reconheceu, pela primeira vez, o direito de patentes;
- (E) foi criado embora o Brasil tenha voltado a reconhecer o direito de patentes.

5

“O programa de medicamentos genéricos, criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787, se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes...”.

Nesse segmento do texto 1, o verbo “dar” mostra o sentido de “ocorrer”; a opção em que o sentido desse mesmo verbo está corretamente indicado é:

- (A) deu o dinheiro a um necessitado / ceder, entregar;
- (B) deram-lhe uma joia pelo quadro / oferecer;
- (C) deram-lhe 100 mil pela estatueta / trocar;
- (D) deu na TV que vai chover / assistir;
- (E) elas sempre se dão bem nas provas / pensar, refletir.

6

“O programa de medicamentos genéricos (1), criado no Brasil em 1999 com a promulgação da Lei 9787 (2), se deu três anos após o país voltar a respeitar o direito de patentes, em 1996. Após apenas 4 anos da criação dessa lei (3), os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações, abrangendo as principais classes terapêuticas, atendendo a mais de 60% das necessidades de prescrições médicas (4).”

Considerando os termos sublinhados e numerados, são complementos dos termos anteriores:

- (A) (1) e (2);
- (B) (1), (3) e (4);
- (C) (2), (3) e (4);
- (D) (1) e (3);
- (E) (1), (2) e (3).

7

“Após apenas 4 anos da criação dessa lei, os genéricos já se encontravam disponíveis em mais de 4 mil apresentações...”.

Nesse segmento do texto 1, o emprego da forma ESSA é justificado pelo mesmo motivo que aparece corretamente no seguinte segmento:

- (A) os genéricos e os remédios de marca estão disponíveis no mercado e tanto esses quanto aqueles são bastante úteis;
- (B) os genéricos possuem preços mais baixos e essa novidade fez com que seu consumo aumentasse;
- (C) em 1999 apareceu esse produto novo: os remédios genéricos foram criados;
- (D) artrite, rinite e estomatite são inflamações; esta, essa e aquela podem ser combatidas por remédios genéricos;
- (E) não me venha com essa história de os remédios genéricos não serem tão eficazes.

TEXTO 2 - Por que muitos continuam usando os remédios de marca?

Basicamente, pelo marketing da indústria farmacêutica, que consegue convencer o paciente a adquirir o produto de marca. Além disso, se um paciente finalmente encontrou um remédio que funciona para o seu caso, pode resistir a trocá-lo pela versão genérica, por medo de perder o efeito do medicamento - embora o genérico equivalha ao de referência. E há princípios inativos nas drogas genéricas que podem ser diferentes daqueles das drogas de marca. Eles não afetam a maneira como a droga funciona, mas podem alterar a aparência e o sabor, fazendo as pessoas pensarem que falta alguma coisa no remédio genérico. (Veja.com)

8

Na pergunta da revista (texto 2), a forma de “Por que” aparece grafada corretamente; a frase em que a forma sublinhada é igualmente correta é:

- (A) Os médicos sabem porquê indicam os genéricos.
- (B) Desconheço a razão porque eles tomam remédios de marca.
- (C) Os genéricos são mais baratos por que não pagam impostos.
- (D) Os pacientes preferem os genéricos por que?
- (E) Queria saber o porquê de os genéricos venderem mais.

9

Os dois verbos do texto 2 que possuem substantivos cognatos formados com o mesmo sufixo são:

- (A) continuar / conseguir;
- (B) convencer / adquirir;
- (C) encontrar / funcionar;
- (D) resistir / equivaler;
- (E) perder / alterar.

10

Segundo o texto 2, a principal razão para o uso de remédios de marca é:

- (A) o efeito eficaz desses remédios;
- (B) a manutenção do mesmo cheiro e sabor;
- (C) a credibilidade ganha pela marca;
- (D) a força da divulgação desses produtos;
- (E) os princípios ativos de sua composição.

TEXTO 3 - Por que a compra do medicamento pelo princípio ativo fará baixar o preço do medicamento?

Esta é uma das zonas de maior tensão da indústria farmacêutica mundial. Se por um lado os medicamentos ficam mais baratos pela fórmula já existir e ser comprovadamente eficiente, por outro lado os custos mais baixos são consequências diretas do não investimento das fabricantes dos genéricos em pesquisas para novos medicamentos e no marketing de seus produtos. Assim, de certa forma, há um certo risco sobre a descoberta de novos medicamentos bons para a população.

Por outro lado, como há o respeito às patentes dos medicamentos (salvo casos especiais, como foi com os medicamentos do coquetel anti-HIV), as indústrias farmacêuticas têm tempo de sobra para recuperar os investimentos em pesquisa durante o tempo em que seus medicamentos estão “sozinhos” no mercado. Vale também ressaltar que os medicamentos genéricos não tiram os de marca (referência) do mercado, apenas concorrem lado a lado. (Saúde Melhor)

11

A pergunta formulada ao início do texto 3:

- (A) ainda não apresenta resposta satisfatória;
- (B) não é respondida no corpo do texto;
- (C) é respondida de forma clara;
- (D) é evitada pelo interrogado;
- (E) traz uma resposta confusa e pouco convincente.

12

“Assim, de certa forma, há um certo risco sobre a descoberta de novos medicamentos bons para a população”.

O risco a que alude o texto 3 deriva do fato de:

- (A) haver remédios de preços obrigatoriamente mais altos;
- (B) existirem medicamentos falsificados;
- (C) passar a haver redução da pesquisa;
- (D) chegarem ao mercado muitos medicamentos genéricos;
- (E) desaparecerem do mercado remédios consagrados.

13

A pergunta inicial do texto 3 se refere à compra do medicamento “pelo princípio ativo”; em caso contrário, o remédio é comprado:

- (A) pela receita médica;
- (B) pela marca do medicamento;
- (C) pelo fabricante;
- (D) pelo princípio inativo;
- (E) pelo preço.

14

O termo sublinhado abaixo que exerce a função de adjunto do termo anterior é:

- (A) compra do medicamento;
- (B) preço do medicamento;
- (C) fabricante dos genéricos;
- (D) descoberta de novos medicamentos;
- (E) marketing de seus produtos.

15

“Esta é uma das zonas de maior tensão da indústria farmacêutica mundial. Se por um lado os medicamentos ficam mais baratos pela fórmula já existir e ser comprovadamente eficiente, por outro lado os custos mais baixos são consequências diretas do não investimento das fabricantes dos genéricos em pesquisas para novos medicamentos e no marketing de seus produtos. Assim, de certa forma, há um certo risco sobre a descoberta de novos medicamentos bons para a população”.

Os termos abaixo que, se trocados de posição, alteram o seu sentido original são:

- (A) de maior tensão / de tensão maior;
- (B) ficam mais baratos / mais baratos ficam;
- (C) pela fórmula já existir / por já existir a fórmula;
- (D) os custos mais baixos / os mais baixos custos;
- (E) novos medicamentos / medicamentos novos.

TEXTO 4 - Pesquisa realizada pela PROTESTE Associação de Consumidores e divulgada dia 23 de agosto, revela que a população confia nos genéricos e chega a pedir para os médicos prescrevê-los.

Mas parte da classe médica ainda tem dúvidas sobre esses remédios por conta do processo de avaliação da qualidade e falsificação.

Para 45% dos médicos que participaram da pesquisa o processo de avaliação e controle de qualidade dos genéricos é menos exigente do que o que ocorre com os medicamentos de marca. E 44% deles acreditam que esses remédios sofrem mais falsificações. Ainda assim, 92% deles afirmaram ter recomendado o medicamento no último ano para reduzir o custo de tratamento ou a pedido do paciente.

Uma boa parte dessa parcela de profissionais da saúde não concordou com a ideia de os genéricos serem tão eficazes (30%), nem de terem a mesma segurança (23%) que os remédios de referência. Quase metade (42%) afirmou não ter o hábito de prescrevê-los.

Os farmacêuticos influenciam os consumidores na hora de comprar os genéricos, pois, segundo 88% dos entrevistados, pelo menos uma vez, esses profissionais sugeriram a substituição do remédio prescrito por um genérico.

16

O texto 4 se mostra:

- (A) favorável aos genéricos por seu baixo preço;
- (B) favorável aos genéricos por serem de igual eficiência;
- (C) favorável aos genéricos por serem prescritos por especialistas;
- (D) contrário aos genéricos por não serem muito eficientes e seguros;
- (E) contrário aos genéricos por serem sugeridos pelos farmacêuticos.

17

Entre as oposições citadas no texto 4 entre medicamentos genéricos e remédios de marca, NÃO está presente:

- (A) confiança da classe médica X desconfiança da população;
- (B) boa qualidade X má qualidade;
- (C) com garantia de segurança X sem garantia de segurança;
- (D) prescrição médica X indicação de farmacêuticos;
- (E) garantia de fabricação X risco de falsificação.

18

O texto 4 deve ser classificado como:

- (A) descritivo, pois enumera as qualidades dos genéricos;
- (B) narrativo, pois relata a evolução dos medicamentos genéricos;
- (C) dissertativo informativo, pois informa os leitores das novas pesquisas sobre medicamentos;
- (D) dissertativo didático, pois ensina os consumidores a diferenciar medicamentos genéricos e de marca;
- (E) dissertativo argumentativo, pois defende implicitamente uma tese.

19

“Pesquisa realizada pela PROTESTE Associação de Consumidores e divulgada dia 23 de agosto, revela que a população confia nos genéricos e chega a pedir para os médicos prescrevê-los.

Mas parte da classe médica ainda tem dúvidas sobre esses remédios por conta do processo de avaliação da qualidade e falsificação.

Para 45% dos médicos que participaram da pesquisa o processo de avaliação e controle de qualidade dos genéricos é menos exigente do que o que ocorre com os medicamentos de marca. E 44% deles acreditam que esses remédios sofrem mais falsificações”.

A forma verbal que mostra um erro de norma culta é:

- (A) confia;
- (B) prescrevê-los;
- (C) tem;
- (D) participaram;
- (E) acreditam.

20

O texto 4 cita a presença da classe médica na pesquisa realizada com a finalidade de:

- (A) mostrar a preocupação da classe com os genéricos;
- (B) demonstrar a ineficácia dos genéricos;
- (C) dar confiança aos leitores sobre o que é comentado;
- (D) indicar a baixa qualidade da fiscalização;
- (E) atribuir capacidade aos médicos e retirar a dos farmacêuticos.

21

“Os farmacêuticos influenciam os consumidores na hora de comprar os genéricos”.

A forma de reescrever-se esse segmento do texto 4 que modifica o seu sentido original é:

- (A) na hora de comprar os genéricos os farmacêuticos exercem influência sobre os consumidores;
- (B) os consumidores são influenciados pelos farmacêuticos na hora de comprar os genéricos;
- (C) na hora da compra dos genéricos os farmacêuticos influenciam os consumidores;
- (D) os farmacêuticos, na hora da compra dos genéricos, influenciam os consumidores;
- (E) os farmacêuticos recebem influência dos consumidores na hora da compra dos genéricos.

Conhecimentos Específicos**22**

Em relação a pedestres e condutores de veículos não motorizados, é correto afirmar que:

- (A) veículos motorizados são responsáveis pela segurança dos não motorizados, e ambos são responsáveis pela segurança dos pedestres;
- (B) o pedestre poderá atravessar fora da faixa independentemente de sinalização;
- (C) o ciclista equipara-se aos veículos em deveres e direitos;
- (D) os ciclistas possuem prioridade em relação aos pedestres, e estes, prioridade frente aos veículos;
- (E) não possui caráter obrigatório o uso de material de proteção no caso dos ciclistas.

23

Tiago, motorista do Poder Público, trafegava a 130 Km/h em rodovia federal cujo limite é de 110 Km/h. Mário, agente de trânsito, ao flagrar a situação, deverá:

- (A) autuá-lo, por infração de natureza gravíssima;
- (B) autuá-lo, por infração de natureza leve;
- (C) autuá-lo, por infração de natureza média;
- (D) deixá-lo seguir, pois não houve infração;
- (E) deixá-lo seguir, pois os veículos da Prefeitura dispõem de imunidade frente ao Código de Trânsito Brasileiro.

24

José, habilitado na categoria ‘B’, é demandado por seu chefe, que lhe pede para conduzir veículo com lotação superior a nove lugares. Nesse caso, José:

- (A) poderá conduzir veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral;
- (B) não poderá conduzir o veículo, pois motoristas habilitados na categoria ‘B’ podem conduzir veículos com no máximo oito passageiros, excluído o condutor;
- (C) poderá conduzir veículo motorizado, de duas rodas, com carro lateral;
- (D) poderá conduzir veículo motorizado com unidade acoplada;
- (E) poderá conduzir veículo motorizado, cuja função seja de transporte de carga.

25

O CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito – tem como finalidade:

- (A) estabelecer as diretrizes da Política Nacional de Trânsito;
- (B) fiscalizar a JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações;
- (C) julgar recursos de caráter administrativo;
- (D) aplicar multas, fiscalizar o Sistema Nacional de Trânsito;
- (E) regular a sinalização nas vias federais.

26

Em relação ao Sistema Nacional de Trânsito, e acerca das normas de segurança, analise as afirmativas a seguir:

- I. É de competência do CONTRAN a especificação dos procedimentos e da periodicidade para que os fabricantes, os importadores, os montadores e os encarregadores comprovem os procedimentos de segurança veicular.
- II. A JARI será responsável pela regulação dos critérios de segurança a serem atendidos pelos importadores e montadores de veículos.
- III. Os requisitos para circulação dos veículos devem obedecer, além das previstas no Código de Trânsito, as normas editadas pelo CONTRAN.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II;
- (B) I e II;
- (C) I e III;
- (D) II e III;
- (E) I, II e III.

27

Carlos conduz por via de mão única. Ao alcançar o farol, sinalizando a luz vermelha, verifica a existência da seguinte sinalização.



Essa sinalização significa que a via:

- (A) não admite mais paradas para desembarque, devendo ser mantido o fluxo contínuo de automóveis;
- (B) passa a ter dois sentidos, de forma que Carlos deva atentar para veículos em sentido contrário;
- (C) possui mão única, não se admitindo veículo em sentido contrário;
- (D) admite retorno, contemplando rotatória em algum momento de sua extensão;
- (E) não admite a mudança da faixa de trânsito, devendo Carlos permanecer na que se encontrar.

28

Fátima, estudante universitária, mora a 15 km da Instituição de Ensino Superior que frequenta diariamente. Para reduzir custos e maximizar seu tempo, a estudante deseja obter a sua Carteira Nacional de Habilitação para assim conduzir seu veículo. Para isso, precisará observar os seguintes requisitos:

- (A) ser portadora de título de eleitor e detentora de Carteira de Identidade;
- (B) saber ler e escrever;
- (C) ser portadora de título de eleitor;
- (D) apresentar sua matrícula na Instituição de Ensino;
- (E) ser penalmente imputável, possuir Carteira de Identidade ou documento equivalente e saber ler e escrever.

29

Jorge comprou um carro azul em um leilão, devido ao preço. Contudo, gostaria de mudar a cor de seu novo carro para amarelo. Como Jorge mudará as características de fábrica do veículo, ele deverá solicitar uma autorização:

- (A) ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
- (B) à Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI);
- (C) à Polícia Militar do Estado de Rondônia;
- (D) ao órgão executivo rodoviário de trânsito;
- (E) ao órgão ou entidade executivos de trânsito do Estado de Rondônia – DETRAN-RO.

30

Analise as afirmativas abaixo:

I – Dentre as competências do CONTRAN, está a de executar as fiscalizações de trânsito.

II – As JARI – Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – são responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades executivas de trânsito ou rodoviários.

III – Os Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN – são os coordenadores do Sistema Nacional de Trânsito e órgãos máximos normativos e consultivos.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) II;
- (C) III;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

31

Joaquim vendeu seu veículo para Manoel em uma feira de automóveis usados. Segundo o Código de Trânsito, Joaquim deve:

- (A) encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado, dentro de um prazo de 30 dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado;
- (B) encaminhar à JARI, dentro de um prazo de 30 dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade;
- (C) encaminhar pedido administrativo à polícia militar do Estado e aguardar o prazo de 30 dias para a transferência automática do veículo;
- (D) encaminhar ao CONTRAN, dentro de um prazo de 35 dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado;
- (E) aguardar, pois a transferência é realizada automaticamente após o recebimento do valor pago.

32

Joaquim é motorista e dirigia seu veículo sob forte chuva. Ao se deparar com um pedestre desavisado, atropelou-o, causando sua morte. Considere as situações a seguir:

- I. pedestre estar na faixa de pedestres ou calçada;
- II. motorista ter prestado socorro à vítima;
- III. motorista não possuir Carteira de Habilitação;
- IV. pedestre ter atravessado a rua fora da faixa;
- V. motorista ter como profissão a condução de veículo de transporte de passageiros.

A pena aplicável seria aumentada em um terço nos seguintes contextos apresentados:

- (A) I, II e III;
- (B) I, III e V;
- (C) II, III e IV;
- (D) II, III e V;
- (E) III, IV, V.

33

Antônio, portador de habilitação na categoria B, conduz veículo de transporte escolar, com o propósito de levar estudantes da escola pública para conhecer a Defensoria Pública do Estado. A conduta de Antônio, segundo o CTB, é:

- (A) lícita, uma vez que contribui para ampliar o conhecimento da população de instituição essencial à Justiça;
- (B) vedada pelo CTB, caracterizando-se como infração leve;
- (C) vedada pelo CTB, caracterizando-se como infração média;
- (D) vedada pelo CTB, caracterizando-se como infração gravíssima;
- (E) lícita, uma vez que o veículo é oficial, não se sujeitando ao CTB.

34

Carlos, motorista da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, conduzia veículo oficial em uma via pública quando, por um lapso, colidiu o veículo, em acidente sem vítima. Nesse caso, a conduta de Carlos deve ser:

- (A) deixar o veículo no local do acidente, mesmo que esteja obstruindo o tráfego;
- (B) o veículo deve ser removido do local, para desobstruir o tráfego e evitar autuação por infração média;
- (C) deixar o veículo no local, uma vez que sua remoção é proibida, para não descaracterizar a cena do acidente;
- (D) não fazer nada, pois os veículos oficiais gozam de imunidade frente ao Código de Trânsito Brasileiro;
- (E) o veículo deve ser removido do local, para desobstruir o tráfego e evitar autuação por infração grave.

35

Desobedecer às ordens de uma autoridade competente de trânsito consiste em uma infração de natureza:

- (A) gravíssima;
- (B) grave;
- (C) média;
- (D) leve;
- (E) não consiste em infração punida pelo Código de Trânsito.

36

Roberto, motorista, resolveu apostar corrida em via pública com Cláudia. Ambos incidiram em uma infração gravíssima prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro. A alternativa que dispõe corretamente acerca do valor da multa é:

- (A) R\$ 574,62 (ou 3 vezes o valor da multa gravíssima);
- (B) R\$ 274,31 (ou 2 vezes o valor da multa gravíssima);
- (C) R\$ 2.200,00 (ou 10 vezes o valor da multa gravíssima);
- (D) R\$ 850,00 (ou 5 vezes o valor da multa gravíssima);
- (E) R\$ 1.915,40 (ou 10 vezes o valor da multa gravíssima).

37

A alternativa que se refere corretamente à placa acima é a:

- (A) Placa de Regulamentação – Identificação quilométrica;
- (B) Placa Educativa – Identificação quilométrica;
- (C) Placa Sinalizadora – Identificação quilométrica;
- (D) Placa de Indicação – Identificação quilométrica;
- (E) Placa de Serviços Auxiliares – Identificação quilométrica.

38

A situação abaixo que corresponde a uma infração de natureza gravíssima:

- (A) estacionar no cruzamento prejudicando a circulação de pedestres e veículos;
- (B) estacionar o veículo junto a ponto de desembarque de transporte coletivo;
- (C) estacionar o veículo em uma via, de forma a bloqueá-la;
- (D) estacionar ao lado de outro veículo em fila dupla;
- (E) estacionar o veículo sobre a ciclovia.

39

A alternativa que melhor define o papel das Placas de Advertência é:

- (A) têm por finalidade alertar os usuários da via para condições potencialmente perigosas, elucidando sua natureza;
- (B) têm por finalidade proibir conduções ou ações;
- (C) têm por finalidade mostrar aos motoristas possíveis trechos em que há obra pública em execução;
- (D) têm por finalidade proibir e alertar os usuários acerca de condições na pista;
- (E) têm caráter educativo, e podem ser categorizadas como Placas Auxiliares.

40

A buzina deve ser usada:

- (A) de maneira breve, a fim de evitar possíveis acidentes;
- (B) para exprimir insatisfação com os demais condutores;
- (C) em casos de acidente, para chamar atenção dos demais condutores e vítimas;
- (D) para chamar atenção de uma autoridade local;
- (E) para apressar os pedestres em uma travessia.

41

Veículo de transporte escolar encontra-se parado para desembarque de alunos do ensino público. Carlos ultrapassa-o pela direita. Essa infração caracteriza-se como:

- (A) Leve e Penalidade – Multa;
- (B) Média e Penalidade – Multa;
- (C) Grave e Penalidade – Multa;
- (D) Leve e Penalidade – 2 vezes o valor da Multa;
- (E) Gravíssima e Penalidade – Multa.

42

Higor, motorista, conduzia veículo oficial, quando se deparou com a seguinte placa.



Trata-se de:

- (A) Placa de Sinalização – Região de tempestades;
- (B) Placa de Sinalização – Vento lateral;
- (C) Placa de Regulamentação – Vento lateral;
- (D) Placa de Indicação – Vento forte;
- (E) Placa de Atrativo Turístico – Região litorânea.

43

A placa abaixo é muito comum nas vias brasileiras.



Essa placa sinaliza uma região de:

- (A) preservação ambiental;
- (B) proteção permanente;
- (C) culto religioso;
- (D) patrimônio natural;
- (E) patrimônio histórico.

44

As Placas Educativas têm como objetivo:

- (A) regular o comportamento dos usuários da via, indicando trechos potencialmente perigosos;
- (B) orientar os usuários da via quanto ao seu comportamento adequado e seguro no trânsito;
- (C) identificar e localizar as vias de principal interesse dos condutores;
- (D) identificar possíveis trechos de obras ou quaisquer intervenções na via;
- (E) informar condições, proibições, obrigações ou restrições ao uso da via.

45

Rogério, motorista da Defensoria Pública, ao conduzir veículo oficial em via pública, percebe que este parou em razão de falta de combustível. O agente de trânsito que testemunhou o ocorrido deverá tomar a seguinte conduta:

- (A) não autuar Rogério, pois se trata de fatalidade;
- (B) autuar Rogério, por infração gravíssima, e aplicar multa de 2x o valor previsto;
- (C) autuar Rogério, por infração média; aplicar multa e promover a remoção do veículo;
- (D) não autuar Rogério, pois se trata de fatalidade, mas promover a remoção do veículo;
- (E) autuar Rogério, por infração leve, e aplicar multa.

46

Marcela, motorista de órgão público, conduzia veículo oficial sem cinto de segurança. A conduta de Marcela deve ser enquadrada na seguinte modalidade de infração:

- (A) não há infração, pois os veículos de órgão público, são dotados de imunidade em face do CTB;
- (B) leve;
- (C) média;
- (D) grave;
- (E) gravíssima.

47

Em uma situação que envolve acidente de trânsito com vítima inconsciente, a primeira e mais importante medida a tomar é:

- (A) solicitar socorro profissional;
- (B) iniciar massagem cardíaca;
- (C) verificar o pulso;
- (D) fazer respiração boca a boca;
- (E) movimentar a vítima para lugar seguro.

Raciocínio Lógico-Matemático

48

Considere todas as placas de veículos desde NCD-4000 até NCD-9999.

O número de placas que possuem os dígitos todos diferentes é:

- (A) 2.520;
- (B) 3.024;
- (C) 3.528;
- (D) 3.786;
- (E) 4.032.

49

Considere a afirmação: “Nenhum pintor é cego”.

A negação dessa afirmação é:

- (A) Há pelo menos um pintor cego.
- (B) Alguns cegos não são pintores.
- (C) Todos os pintores são cegos.
- (D) Todos os cegos são pintores.
- (E) Todos os pintores não são cegos.

50

João recebeu seu salário, gastou dele 40% nas despesas habituais e, do restante, 30% foram colocados na caderneta de poupança. A quantia que restou representa, do salário total, a porcentagem de:

- (A) 18%;
- (B) 30%;
- (C) 36%;
- (D) 40%;
- (E) 42%.

51

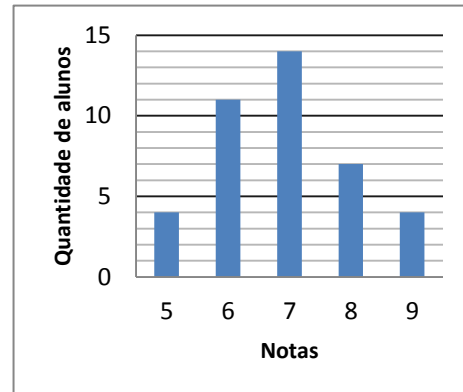
Em uma cozinha há dois potes vazios diferentes A e B, sendo que o primeiro pesa 400g e o segundo pesa 540g. A cozinheira Elisa distribuiu 1kg de farinha, uma parte em cada pote, de forma que os potes com farinha ficaram com o mesmo peso.

A quantidade de farinha que o pote A contém é de:

- (A) 140g;
- (B) 370g;
- (C) 430g;
- (D) 570g;
- (E) 620g.

52

Em um curso de treinamento dos funcionários de uma empresa, as notas dos alunos de uma turma na prova final estão no gráfico a seguir:



A média dos alunos dessa turma foi:

- (A) 6,5;
- (B) 6,7;
- (C) 6,9;
- (D) 7,0;
- (E) 7,3.

53

O avô de João fará 90 anos e no dia do aniversário, como presente, João dará ao seu avô exatamente 90 bombons. Os bombons preferidos do avô de João são vendidos em caixas com 6 bombons e em caixas com 8 bombons.

O menor número possível de caixas de bombons que João poderá comprar é:

- (A) 10;
- (B) 11;
- (C) 12;
- (D) 13;
- (E) 14.

54

Quatro amigos foram de Porto Velho para Ariquemes no carro de um deles e combinaram dividir igualmente a despesa com a gasolina. Saíram com o tanque cheio e, no destino, encheram o tanque de novo para verificar a quantidade de gasolina que foi gasta. Feita a divisão da despesa, um dos amigos percebeu que tinha esquecido a carteira e só pôde contribuir com os R\$ 5,00 que tinha no bolso. Com isso, cada um dos outros três teve que dar mais R\$ 3,50 para completar o total da despesa.

A despesa total com a gasolina foi de:

- (A) R\$ 62,00;
- (B) R\$ 64,00;
- (C) R\$ 66,00;
- (D) R\$ 68,00;
- (E) R\$ 70,00.

55

No departamento de contabilidade de certa empresa trabalham 1 homem e 4 mulheres. O diretor do departamento pretende escolher por sorteio duas dessas pessoas para trabalhar com um novo cliente.

A probabilidade de que as duas pessoas sorteadas sejam mulheres é de:

- (A) 50%;
- (B) 60%;
- (C) 70%;
- (D) 75%;
- (E) 80%.

56

Ana, Bia, Clara e Dulce possuem alturas diferentes e fizeram uma fila em ordem crescente das alturas. Sabe-se que:

- Dulce é mais baixa que Clara, que não é a mais alta.
- Ana é mais baixa que Bia, mas não é a mais baixa.
- Ana não está entre Bia e Clara.

É correto afirmar que:

- (A) Ana é mais baixa que Dulce;
- (B) Clara é mais alta que Bia;
- (C) Dulce é mais alta que Clara;
- (D) Bia é mais baixa que Ana;
- (E) Ana é mais baixa que Clara.

Legislação Institucional

57

À Defensoria Pública do Estado é assegurada autonomia funcional, administrativa, financeira e iniciativa de sua proposta orçamentária, nos termos da lei. Nesse sentido, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, cabe-lhe especialmente:

- (A) encaminhar, de forma vinculante, ao Governador do Estado lista com relação dos aprovados em concurso público para provimento dos cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares;
- (B) encaminhar, de forma vinculante, ao Secretário de Estado de Administração suas folhas de pagamento para depósitos e expedição dos competentes demonstrativos;
- (C) editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem à vacância ou não de cargos de carreira e dos serviços auxiliares;
- (D) fixar e reajustar os vencimentos de seus servidores auxiliares, por meio de resolução editada pelo Defensor Público-Geral e previamente aprovada pelo Conselho Superior;
- (E) criar e extinguir, por meio de resolução do Defensor Público-Geral, após aprovação pelo Conselho Superior, seus cargos da carreira de Defensor Público do Estado e de seus servidores auxiliares.

58

Em relação aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública dos Estados, a Lei Complementar Federal nº 80/94 estabelece que:

- (A) o Defensor Público-Geral é nomeado pelo Governador do Estado, dentre membros estáveis com mais de cinco anos na carreira, escolhidos em lista tríplice, para mandato de dois anos, vedada a recondução;
- (B) o Defensor Público-Geral é substituído em suas faltas, licenças, férias e impedimentos pelo Defensor Público decano, isto é, o membro mais antigo em atividade na carreira, desde que não tenha anotação de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais nos últimos cinco anos;
- (C) ao Defensor Público-Geral do Estado compete dirigir a Defensoria Pública do Estado e manter atualizados os assentamentos funcionais e os dados estatísticos de atuação dos membros da Defensoria Pública, para efeito de aferição de merecimento;
- (D) ao Conselho Superior cabe decidir sobre a fixação ou a alteração de atribuições dos órgãos de atuação da Defensoria Pública e, em grau de recurso, sobre matéria disciplinar e os conflitos de atribuições entre membros da Defensoria Pública, sem prejuízo de outras atribuições;
- (E) o Corregedor-Geral é indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da Carreira, em lista tríplice formada pelo voto direto, secreto, plurinominal e obrigatório de todos os membros, e nomeado pelo Defensor Público-Geral para mandato de dois anos, vedada a recondução.

59

Letícia, servidora pública estadual estável de Rondônia ocupante do cargo efetivo de professor, foi demitida após responder a processo disciplinar. Inconformada, Letícia requereu, dentro do prazo prescricional, revisão do processo, aduzindo e conseguindo comprovar fatos novos e circunstâncias suscetíveis de justificar sua inocência. Assim, Letícia obteve a invalidação de sua demissão por decisão administrativa e conseguiu sua reinvestidura no mesmo cargo anteriormente ocupado. No caso em tela, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 68/1992, o retorno ao cargo narrado, com ressarcimento de todas as vantagens, ocorreu por meio da:

- (A) readaptação;
- (B) reintegração;
- (C) recondução;
- (D) reversão;
- (E) relotação.

60

Cabe ao Defensor Público-Geral do Estado dirigir a Defensoria Pública, superintender e coordenar suas atividades e orientar sua atuação. Nesse contexto, de acordo com a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de Rondônia (Lei Complementar Estadual nº 117/94), compete ao Defensor Público-Geral:

- (A) organizar e realizar concursos públicos, elaborar listas de antiguidade, aprovar o funcionamento de estágio probatório, aprovar ou impugnar procedimentos relativos ao estágio probatório e homologar resultados dos concursos de ingresso;
- (B) avocar, fundamentadamente, atribuições específicas de qualquer membro da Defensoria Pública *ad referendum* do Conselho Superior, e delegar, no interesse do serviço, atribuições de sua competência;
- (C) apreciar e julgar, em última instância, os recursos interpostos dos resultados de concurso de ingresso, as reclamações manifestadas pelos candidatos, bem como as referentes às questões de tempo de serviço e de promoção;
- (D) aprovar os Regulamentos e Regimentos Internos necessários ao funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública, e obstar mediante exposição de motivos, a promoção por antiguidade;
- (E) promover os registros estatísticos da produção dos membros da Defensoria Pública e de pastas de assentamentos e prontuários referentes a cada um, para os devidos fins, inclusive para efeito de aferição de merecimento.

61

Em tema de regime jurídico das férias dos Defensores Públicos Estaduais de Rondônia, consoante estabelece a Lei Complementar Estadual nº 117/94:

- (A) os membros da Defensoria Pública terão direito a férias anuais de 60 (sessenta) dias, individuais ou coletivas, de acordo com a escala aprovada pelo Defensor Público-Geral;
- (B) os membros da Defensoria Pública terão direito a férias anuais de 30 (trinta) dias, que poderão ser gozadas de forma fracionada em 2 (dois) períodos de 15 (quinze) dias;
- (C) as férias não gozadas dos membros da Defensoria Pública, por conveniência do serviço, não poderão ser usufruídas cumulativamente nos meses seguintes, e deverão ser obrigatoriamente indenizadas em pecúnia;
- (D) as férias dos membros da Defensoria Pública somente poderão acumular-se por imperiosa necessidade de serviço e, no máximo, por até 6 (seis) períodos, devendo ser gozadas de forma integral na primeira oportunidade;
- (E) os membros da Defensoria Pública que forem condenados à sanção disciplinar de suspensão por mais de 30 (trinta) dias perderão o direito a férias anuais, que são de 30 (trinta) dias, do exercício seguinte.

62

De acordo com a Lei Complementar Federal nº 80/94, a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a:

- (A) orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos da pessoa jurídica de direito público interno a que estiver vinculada, nos processos judiciais, em todos os graus, de forma integral e gratuita;
- (B) defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis dos hipossuficientes, promovendo a ação civil pública e a ação penal pública incondicionada, de forma integral e gratuita;
- (C) defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais homogêneos, promovendo a ação civil pública e exercendo o controle externo da atividade policial, tudo na defesa dos necessitados e de forma integral e gratuita;
- (D) orientação jurídica, a promoção dos direitos individuais e coletivos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos necessitados e do ente federativo a que estiver vinculada, de forma integral e gratuita;
- (E) orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

63

Sobre a assistência judiciária aos necessitados, a Lei Ordinária Federal nº 1.060/50 estabelece que:

- (A) a parte gozará de seus benefícios, mediante afirmação por declaração, com firma reconhecida em documento à parte da petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família;
- (B) presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, nos termos da lei, sem prejuízo próprio ou de sua família, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais;
- (C) seu pedido, quando formulado no curso da ação, deverá ser feito por petição autônoma que será juntada nos autos principais e suspenderá o processo, podendo o juiz, face às provas, conceder ou denegar de plano o benefício de assistência;
- (D) a parte contrária poderá, no prazo de trinta dias do deferimento da gratuidade de justiça, requerer a revogação do benefício, desde que prove a inexistência dos requisitos essenciais à sua concessão, sob pena de preclusão, e tal requerimento suspenderá o curso da ação;
- (E) se transmite automaticamente ao cessionário de direito ou aos herdeiros que continuarem a demanda, presumindo-se que permanece a impossibilidade de pagamento das custas do processo e dos honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

64

Bruno, servidor público estadual de Rondônia ocupante de cargo efetivo, com preguiça de carimbar centenas de documentos, o que deveria ser feito em seu setor de trabalho, delegou para seu primo Vitor, pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, tal atribuição, que era de sua competência e responsabilidade. Assim agindo, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 68/1992, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia, Bruno incorreu, em tese, em infração disciplinar punível com:

- (A) repreensão;
- (B) suspensão de até 10 (dez) dias;
- (C) suspensão de até 30 (trinta) dias;
- (D) suspensão de até 90 (noventa) dias;
- (E) demissão.

65

Conforme dispõe a Constituição do Estado de Rondônia, são princípios institucionais da Defensoria Pública:

- (A) a autonomia, a generalidade e o livre convencimento motivado;
- (B) a universalidade, a acessibilidade e o livre convencimento motivado;
- (C) a universalidade, a generalidade e a coletividade;
- (D) a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
- (E) a unidade, a imparcialidade e a isonomia.

Geografia e História de Rondônia

66

A ocupação dos Vales do Guaporé e do Madeira durante o século XVIII e XIX apresentou características antagônicas. Enquanto o Vale do Guaporé entrou em decadência no século XIX em função da crise mineradora, o Vale do Madeira iniciou um período de prosperidade econômica e aumento demográfico, que pode ser justificado pela:

- (A) extração da borracha que atraiu milhares de migrantes para a região;
- (B) produção de café, que atraiu a população boliviana para a região;
- (C) construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que atraiu estrangeiros para a região;
- (D) extração das drogas do sertão, que consolidou a demarcação de terras indígenas na região;
- (E) criação de uma zona franca na região, atraindo o capital externo.

67

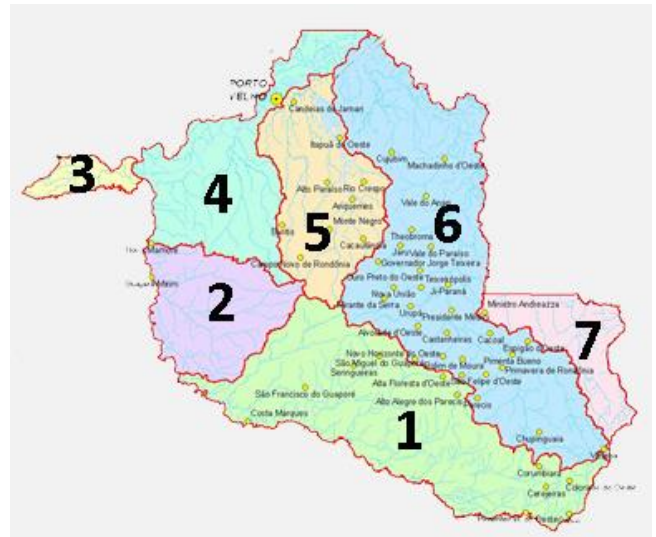
“Em Porto Velho, cada soldado é um operário e cada operário um soldado com o objetivo comum de trabalhar pelo engrandecimento da pátria.”

A frase proferida pelo Presidente Getúlio Vargas em 1940 marcou a sua política de ocupação da região norte do país. Em relação ao processo de formação de Rondônia, a política varguista resultou:

- (A) no início da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré;
- (B) na instalação do complexo hidrelétrico e industrial de Samuel;
- (C) na liberação governamental da exploração do ouro pelo capital estrangeiro;
- (D) na assinatura do Tratado de Petrópolis com a Bolívia, garantindo a extração da borracha;
- (E) na criação de territórios federais, entre eles o de Guaporé, que deu origem a Rondônia.

68

Bacias Hidrográficas de Rondônia



Fonte: <http://www.sedam.ro.gov.br>

“A Agência Nacional de Águas (ANA) acusou o consórcio Energia Sustentável do Brasil (ESBR), dono da hidrelétrica de Jirau, de não ter executado todas as obras exigidas da empresa para evitar novas inundações (...). Em fase de conclusão, Jirau está localizada a cerca de 120 km de Porto Velho (RO).”

Fonte: www.estadao.com.br

A bacia hidrográfica da qual trata a notícia anterior está identificada no mapa com o número:

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

69

Ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, o território do estado de Rondônia passou por um conjunto de transformações que podem ser periodizadas de acordo com os resultados territoriais dos processos que marcaram cada momento. Acerca dessas transformações, considere as afirmativas a seguir:

- I – Entre 1970 e 1995, observamos a rede urbana em formação, com centralidade econômica e política em Porto Velho.
- II – A partir de meados da década de 1990, a política de colonização agrícola surgiu como principal motor de interiorização do povoamento.
- III – Nos últimos anos, observamos um fechamento da frente de expansão em função da rígida fiscalização em espaços de preservação ambiental.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente I e II;
- (E) I, II e III.

70

Durante o processo de União Ibérica (1580/1640), Portugal avançou o seu território na América, resultando na transformação do espaço físico brasileiro que passou a ser continental. Assim foi possível a ocupação da região norte e, especificamente, a área do atual Estado de Rondônia. Tal processo de ocupação de Rondônia se deu pela presença dos jesuítas na região, buscando a catequização dos indígenas.

Acerca da conquista territorial de Rondônia entre os séculos XVII e XVIII, um outro grupo responsável por esse processo foi:

- (A) a elite açucareira interessada na ampliação dos engenhos de açúcar na região norte;
- (B) a elite pecuarista que avançou da região sul em busca de melhores pastagens;
- (C) os bandeirantes que buscavam a exploração econômica da região;
- (D) os produtores de borracha interessados na riqueza oferecida pelo produto no exterior;
- (E) os produtores de soja que tinham o interesse de ampliar a sua produção.

Realização

 **FGV PROJETOS**